

Contrato docente, carreira dos funcionários, graduação, TCC..

MARIA AMÁLIA FALA SOBRE SEU PLANO DE GESTÃO

Em entrevista ao PUCviva a professora Maria Amália Andery, reitora eleita da PUC-SP, responde às perguntas da APROPUC e AFAPUC sobre os desafios que terá pela frente

CONTRATO, CARREIRA DOCENTE, MAXIMIZAÇÃO E APOSENTADORIA

A questão de contrato deveria ser tratada junto com a questão da carreira. Todo trabalhador um dia na vida será substituído. Então na PUC-SP precisamos pensar como vamos tratar de maneira articulada a carreira e o contrato. Nos últimos anos nós chegamos a formular uma proposta de contrato. Esse processo começou na gestão do professor Dirceu e na gestão da professora Anna Cintra o Pde Rodolpho Perazzolo criou uma comissão para discutir contrato com docentes de várias unidades. E nessa oportunidade também discutimos a carreira.

Então são vários fatores que estão em jogo. Em primeiro lugar, está essa antiga reclamação sobre a maximização. Hoje temos um parâmetro só para se construir o contrato que é o número de horas com as quais o professor se defronta em sala de aula. Parte das reclamações que ouvimos com relação à maximização poderiam diminuir se nós considerássemos que existem outros parâmetros a serem considerados na constituição do contrato. A outra questão é que estamos negociando a cada semestre o contrato de cada docente e nós temos que caminhar na universidade para negociações de mais longo prazo. E ao fazer essa ne-

gocição temos que ter em mente a ideia de carreira, porque os docentes se especializam. Outra questão é que a nossa carreira foi estabelecida há 40 anos e hoje ela já não se configura mais como uma carreira. Por exemplo, o professor se torna doutor e assistente doutor (essa é a entrada ideal na carreira docente. Digamos que resolvamos isso: todo professor que é doutor é assistente doutor). O que provavelmente vai acontecer é que daqui a 30 anos esse professor continuará assistente-doutor. Boa parte da desilusão, do descontentamento de nossos docentes é que eles não têm uma perspectiva de promoção na carreira.

Nós temos que tratar da renovação do corpo docente da universidade. Toda universidade depende de renovação, pois é um trabalho intelectual. Essa renovação é difícil de ser feita e na PUC-SP nós não temos uma renovação de quadros porque não temos também uma política de aposentadoria. E aposentadoria no sentido digno do termo, um docente que se prepara para viver uma outra etapa de sua vida. Essa aposentadoria pode inclusive implicar em um certo vínculo com a universidade. Mas o que acontece hoje é que o docente não se aposenta, o jovem não entra na carreira e a Fundasp diz "nós temos x para gastar com o corpo docente". E eu não estou dizendo que toda renovação de quadros é 100% dependente da aposentadoria,



MARCELAREIS

mas são dois pontos críticos com os quais teremos de trabalhar: acesso à carreira e término da carreira.

FECHAMENTO DE TURMAS, DIMINUIÇÃO DE CONTRATO, TCC

Nós devemos planejar a universidade não só pela nossa vontade, mas pensando naquilo que possa se concretizar. Não adianta pensarmos um curso hoje para 200 vagas e depois contar só com 20: cria-se uma expectativa no corpo docente quando se planeja o curso e essa expectativa vai para o ralo. É um problema financeiro e um problema acadêmico, tanto para o professor quanto para o nosso potencial aluno. Então te-

remos de fazer planejamentos mais baseados em expectativas reais e, uma vez que seja aprovado esse planejamento, que ele possa ser bancado. Ou seja, vamos ter que fazer as coisas mais a médio prazo, tanto com os departamentos, como com a Fundasp. Em um mundo ideal nós poderíamos ter a seguinte situação: o departamento de Jornalismo, por exemplo, usa X horas de contrato e nós iremos, nos próximos anos, honrar isso, e de tempos em tempos nós vamos sentar com o Jornalismo e vamos negociar: "Olha nós aprovamos y horas na expectativa de que o curso tivesse x alunos. Mas depois de três anos descobrimos que o

continua na próxima página

**FORA TEMER!
ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !
PELA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES!
CONTRA O AJUSTE FISCAL E DESTRUIÇÃO DE DIREITOS!
PREPARAR A GREVE GERAL!**

**FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!
Associe-se
à AFAPUC**

continuação da página anterior

curso fez mais do que isto ou menos do que isto, então precisamos rediscutir. Assim sairemos dessa situação de a cada semestre discutir de novo, caso a caso.

E o TCC? É um caso especial?

Já quanto ao TCC podemos dizer que ele é uma coisa muito importante porque é o momento em que o aluno mostra a capacidade de articular o seu pensamento em torno de um tema. Na minha faculdade, por exemplo, o TCC é o trabalho de um ano; é uma atividade especial na qual as turmas são compostas com número pequeno de alunos. Existem regras para que o professor assuma o TCC, há regras que compõem o TCC.

Quanto à questão do número de alunos que compõem uma turma, ela é também encontrada no pós, ou seja, se o professor tem quatro orientandos ele é TP-5, se ele tem cinco orientandos ele é TP-10. Então, ocasionalmente o professor conta com 5 alunos e um deles não se matricula: imediatamente o contrato dele cai. E na pós-graduação mais ou menos metade das horas são de orientação e um aluno faz toda a diferença. Daí também a necessidade de se pensar diferentemente o contrato. Hoje o contrato é feito entre o professor e a instituição, cada professor tem o seu contrato. Mas, dentro de certos parâmetros, temos que ter alguma flexibilidade para atender a casos especiais. Na minha faculdade para se formar uma turma de TCC são necessários 8 alunos, e quando só existem sete não tem turma, e redistribuímos os alunos em outras turmas. Em certas circunstâncias isso é razoável de se fazer, mas em outros casos pode ser inviável. Vamos supor o caso de um curso que só tenha sete alunos para fazer o TCC: não vai ter turma de TCC? Tem que ter. A regra tem que ser republicana, tem que ser conhecida de todos, e tem que haver uma razão acadêmica para existir, não pode ser só uma regra administrativa. Entretanto, é preciso haver regras, temos que ter conhecimento delas e, da melhor forma possível elas devem atender às necessidades acadêmicas e, simultaneamente, dar viabilidade à instituição.

PESQUISA E MAXIMIZAÇÃO

A maximização surgiu em 2006 e provocou uma mudança contratual dos professores. Nós tínhamos uma norma que estipulava: de tantas a tantas horas o contrato é x. E o mínimo foi eliminado e ficamos com o patamar mais alto da deliberação. Passamos do mínimo para o máximo, por isso cha-

micamente esses cursos, trazendo alguma flexibilidade, aumentando a atratividade deles. E há uma terceira via para um projeto de graduação que é a inovação, ou seja, precisamos trazer cursos novos para a Universidade, trazer novas atividades.

A ideia é trazer um projeto para a universidade que trate dessas três dimensões na graduação, com o objetivo de atualizar e aumentar a procura da graduação; tornar nossa graduação mais forte academicamente e no número de alunos, invertendo essa curva de perda de alunos. E exatamente a mesma coisa vale para a educação continuada.

Hoje temos na universidade docentes que têm um perfil de ensino, que priorizam em relação à pesquisa. E esses professores são muito importantes para a universidade e fazem diferença na formação do aluno. E no momento de discutir contrato temos que discutir esses perfis. Nas novas normas da avaliação continua nós criamos esta ideia: docentes que têm mais perfil de ensino, outros de pesquisa e outros de extensão. Todos os docentes têm que fazer um mínimo de ensino, um mínimo de pesquisa, mas alguns terão mais dedicação aqui e outros ali. Precisamos reconhecer essas diferenças, sem desqualificá-las. Um docente que tem mais o perfil de ensino pode ficar mais duas ou três horas em sala de aula e não vamos cobrar dele que ele publique x artigos. Os três perfis referenciais podem ser importantes para a Universidade, o curso, o departamento. A cada um deles podem caber variações contratuais.

GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA

Nós estamos começando a montar a equipe [de reitoria] agora e uma das prioridades é que formulemos um projeto para a graduação. Quando falamos em graduação eu distingo três coisas diferentes: em primeiro lugar, temos cursos que vão muito bem. Esses cursos merecem e precisam de atenção, de flexibilização mas suas reformas são menos emergenciais e provavelmente menos profundas. Mas temos também cursos que têm dificuldades de captação de alunos e temos que olhar para cada um deles e ver como aumentamos a probabilidade desses cursos melhorarem a captação de alunos, naquilo que nos compete, atualizando acade-

micamente esses cursos, trazendo alguma flexibilidade, aumentando a atratividade deles. E há uma terceira via para um projeto de graduação que é a inovação, ou seja, precisamos trazer cursos novos para a Universidade, trazer novas atividades.

A ideia é trazer um projeto para a universidade que trate dessas três dimensões na graduação, com o objetivo de atualizar e aumentar a procura da graduação; tornar nossa graduação mais forte academicamente e no número de alunos, invertendo essa curva de perda de alunos. E exatamente a mesma coisa vale para a educação continuada.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Eu entendo que a universidade, com todas as dificuldades que enfrentamos nestes anos, manteve a autonomia acadêmica, entendendo-a como liberdade de cátedra. Ninguém proibiu que determinado tema fosse discutido em sala de aula. O caso da cátedra Michel Foucault é uma outra questão e nessa questão a universidade se posicionou de maneira absolutamente clara e límpida, tanto no Cepe, como no Consun.

A autonomia intelectual da Universidade é, para mim, uma questão de princípio e nós temos de manter essa autonomia.

A autonomia comunitária é uma autonomia pela qual também temos de lutar. Nós temos de garantir a possibilidade de tratar das questões comunitárias como questões que estão diretamente relacionadas com a vida acadêmica. Com relação à autonomia financeira, eu vou insistir: por obrigação inclusive legal, a Fundasp sempre foi o gestor administrativo e financeiro da universidade. Até um certo momento em nossa história a gestão da Fundasp era também a gestão da reitoria. Tínhamos um desenho em que o reitor ou o vice-administrativo eram a Fundasp. Sempre existiu a Fundasp, mas antes ela e o reitor eram a mesma figura. Esse desenho acabou em 2006 e desde lá existe um processo de adaptação, de como lidar com esse duplo comando, o acadêmico e o administrativo. Creio que essa é uma situação que tem tensões, mas tem que ser tratada como uma questão de negociação: cabe à reitoria e à universidade constantemente negociarem. No final das contas a Fundasp tem a função de administrar a universidade, porque a mantida da Fundasp é a PUC-SP, não é outra instituição. Não interessa para ninguém que a universidade desapareça. Então temos o tempo todo de convencer a quem administra que o queremos tem sentido de ser feito desse jeito.

Do lado de quem administra, qual é o limite? Nós temos X de recursos e vocês têm que existir com

ele. Temos que ter, portanto, a responsabilidade de propor causas e processos e projetos possíveis com os recursos que direta ou indiretamente produzimos. Minha preocupação fundamental é fazer esta universidade crescer em tamanho e principalmente em excelência acadêmica. Não temos outra alternativa.

O Brasil tem sete milhões e trezentos mil estudantes universitários. Cinco milhões, ou pouco mais de cinco milhões, estão no sistema privado. Nesta divisão, nós estamos entre as universidades privadas. Mas na realidade nós não estamos. Nós somos uma exceção nesse quadro. As comunitárias não são propriamente privadas, não têm o perfil das universidades privadas, que são principalmente parte dos grandes conglomerados hoje. E a PUC-SP, mesmo entre as comunitárias, é uma exceção: não há outra com consulta à comunidade para Reitor, não há outra que tem contrato de tempo corrido para todos os docentes, ou com a estrutura colegiada que nós temos. E conseguimos manter estas características a duras penas. A gente reclama do contrato, mas poderia ser pior. A gente reclama da estrutura colegiada da Universidade, mas há muitas universidades que não têm nenhuma. Então, por que conseguimos? Porque temos um reconhecimento social da excelência da Universidade. A PUC-SP é uma Universidade que faz a diferença política e acadêmica; a universidade faz diferença na percepção que o chamado mercado tem dela. Esta universidade tem um corpo docente de excelência e ocupa um lugar único como instituição de ensino e pesquisa em nossa cidade e em nosso país.

A minha grande preocupação é essa: o que vamos fazer para manter e dar passos para essa excelência acadêmica? As questões de contrato, as questões financeiras, elas entram nesse bojo. Entram como meios para garantir este objetivo e não o contrário.

Pós -GRADUAÇÃO

O que fazer com a exigência da CAPES de 4 orientandos por contrato de 10 horas, ou por professor?

Na verdade, a CAPES não estabeleceu quantos orientandos cabem em um contrato. A CAPES não se mete em contratos. São aquelas lendas que se estabelecem na vida, não se sabe como. O que a CAPES diz com relação à pós graduação é o seguinte: o professor de pós graduação precisa ter excelência acadêmica, precisa ter projeto de pesquisa, precisa ter atividade de pesqui-

continua na próxima página

continuação da página anterior

sa, precisa ter produção acadêmica. E o professor da pós-graduação deve ter preferencialmente dedicação integral à universidade.

Então o que se espera de um professor de pós é que ele seja acadêmico, que ele esteja na universidade (e não no consultório, na empresa particular), embora se assuma que alguns casos são possíveis e até desejáveis. Por algum tempo, houve uma norma da CAPES que dizia: o máximo ideal de orientandos para um professor é oito. E mesmo nesse período a agência jamais proibiu que fosse mais do que isso, apenas estabeleceu que o ideal seria que um professor tivesse até 8 orientandos. Nos últimos anos (desde 2014 e 2015), isso inclusive caiu, não existe mais. O que hoje a CAPES diz é o seguinte: um professor de pós-graduação deveria idealmente ter contrato alto com a universidade, porque ele tem que ter vida acadêmica, um professor de pós-graduação não pode estar em mais do que três programas de pós-graduação e se um professor de pós-graduação estiver vinculado a mais do que um programa, a soma dos contratos dele deve ser 40 horas, para ele não trabalhar 120. Porque o problema da CAPES é que tem professor que trabalha em três, quatro, cinco universidades e em cada uma ele é apresentado como tendo um contrato de tempo integral. Então, essa coisa de ter 4, 10, não existe para a CAPES. Temos que cuidar de nossos critérios para atribuição contratual, mas não podemos "invocar" a CAPES para estabelecê-los. Pelo menos não nesses termos..

E por que a PUC-SP não celebra um grande convênio com a FAPESP, CNPq, CAPES?

A FAPESP não celebra acordo com pessoas jurídicas genéricas, exceto em circunstâncias especiais. Celebra convênios e acordos, em geral, com grupos de pesquisa e professores específicos. A FAPESP é diferente do CNPQ. E da CAPES. Ela trata sempre individualmente os pesquisadores ou com grupos de pesquisadores. A FAPESP não trata com a pessoa jurídica em geral. Ela tem alguns acordos gerais que envolvem entidades internacionais, mesmo nesses casos, sempre mediados por grupos de professores. A PUC-SP tem sim relações com a FAPESP, que gostaríamos que aumentassem muito. Vivemos vive atrás de professores para participar de editais, para participar de linhas de fomento que a FAPESP tem. E temos toda a condição de melhorar nosso desempenho com a agência. Mas precisaremos sempre de nossos pesquisadores.

Já o CNPQ, é uma entidade do Ministério de Ciências e Tecnologia, não é parte do Ministério da Educação, como é a CAPES. E o CNPQ é uma autarquia desse Ministério de Ciências e Tecnologia. Na PUC-SP temos tido uma sistemática dificuldade de atender a linhas de fomento de ciências e tecnologia porque muitas vezes essas linhas priorizam áreas de conhecimento relacionadas a ciências "duras" nas quais não temos expertise. Além disso, enfrentamos um certa baixa motivação de nossos docentes de concorrer por recursos. Então, por exemplo, o CNPQ tem uma linha de fomento importante, que é chamada bolsa produtividade em pesquisa. Nós temos alguns professores da casa com esse fomento, mas constatamos uma diminuição de professores com essa bolsa nos últimos anos. Por conta de uma demanda pequena que a gente faz para o CNPQ, também. Além disso, em geral, o CNPQ tem tido dificuldade de atender à demanda da comunidade científica por falta de suficiente orçamento. Finalmente, a dificuldade que a PUC-SP tem tido com o CNPQ é que temos muita expertise em áreas que não são prioritárias para o Conselho, que são Tecnologia "Dura", Agronomia, Biologia Molecular, Aeronáutica etc., e não Filosofia, Psicologia, Comunicação e outras áreas em que somos fortes.

A outra questão importante é que o CNPQ sempre oferece recursos para o país. E pelo menos nos últimos 10, 15 anos, houve um entendimento de que era preciso, em certas circunstâncias pelo menos, atender diferencialmente o país. Há muitos fomentos em que as universidades públicas têm preferência sobre as comunitárias. As universidades do norte e do nordeste têm preferência em relação às universidades do sudeste e assim por diante. Essas condições às vezes atrapalham nossa demanda. Mesmo assim, poderíamos ter muito mais do que o que temos se tivéssemos uma cultura de pedir, de demandar ao CNPQ, à FAPESP, à própria CAPES. Temos corpo docente, tradição na pós-graduação, na pesquisa e excelência para tanto.

O que você pensa sobre a possibilidade da PUC-SP oferecer condições para que docentes façam Estágio de Pesquisa (Pós-DOC) no exterior com financiamento integral da instituição?

Com relação a estágio de pós-doc no exterior, o fomento, o apoio, para que os docentes que têm envolvimento sistemático e bons indicadores de produção acadêmica, obtenham apoio para contínua formação e para o estabelecimento de redes de pesquisas, principalmente internacionais, é uma coisa na qual a PUC-SP precisa melhorar. Já temos agora,

inclusive, uma ajuda - no PIPEQ - para estágio de pesquisa de curta duração. É recurso pequeno, mas é um recurso para os nossos professores que vão até 60 dias para o exterior. Mas precisamos melhorar, precisamos aumentar esse tipo de fomento. Eu sempre me pergunto o que seria melhor: termos 10 horas para um professor fazer um pós doc para 10 professores ou ter 40 horas para três, quatro, cinco professores. São coisas que precisamos discutir.

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS

Os problemas dos funcionários são os mesmos problemas dos docentes, eles não são diferentes. A questão da carreira é no essencial a mesma para professores e funcionários. A questão da aposentadoria, idem. No caso dos funcionários, entretanto, desconfio muito que não existe uma carreira, mas vamos ter que discutir várias carreiras diferentes. Tenho insistido nisso. A carreira para o funcionário que faz serviços administrativos não é a mesma carreira do funcionário que trabalha na DTI, que é um técnico e um profissional da área de informática.

Mas reconheço que no caso dos funcionários, a relação com a decisão administrativa da Fundasp é mais direta ainda do que no caso dos professores. No caso dos professores, há modelos que podemos procurar e nos quais nos basear para discutir carreira, para discutir promoção, ou avaliação. No caso dos funcionários, menos. Vamos ter que parar e pensar nisso. Temos que ouvir os funcionários com relação a isso, porque não adianta importarmos um modelo de fora e tentar trazer para cá. Nesse caso, também, temos que negociar muito seriamente com a FUNDASP.

RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

Desde que eu fui eleita, já fiz muitas reuniões. Fui a todas as Faculdades, tenho conversado com grupos de alunos, conversei com funcionários (ainda antes da posse). Eu acho que conversar, sentar, discutir é uma questão de sobrevivência na Universidade. É óbvio que precisamos ter relações e interações cotidianas com a comunidade e o tempo todo temos de conversar com todo mundo na Universidade.

Tenho dito para todos: nem sempre vamos concordar, nem sempre a demanda será atendida, mas sempre teremos que discutir e sempre teremos que tentar acordos e sempre teremos que dizer por quê podemos ou não atender as demandas e os projetos. E sempre teremos que ouvir e eventual-

mente rever as demandas e nossas posições sobre elas. Isso vale para as relações institucionais e vale para professores, funcionários e estudantes. Com estudantes, especialmente, há exigência de contínua interatividade. A cada ano 20 a 25% dos estudantes entram e saem da Universidade. Nossa conversa com eles é infundável.

A montagem de uma Pró-reitoria de Cultura e Relações Comunitárias é muito delicada por isso, inclusive.

O FUTURO GABINETE

Alguns nomes já escolhi, mas têm que ser submetidos ao Cardeal, porque quem nomeia os pró-reitores é o Cardeal. Ainda falta o nome do Pro-reitor de Cultura e Relações Comunitárias. Nos outros casos fiz o convite e já aceitaram.

Para chefia de gabinete - Profa. Mariangela Belfiori; Pró-Reitoria de Graduação - Profa. Alexandra Geraldini; Pró-Reitoria de Pós-Graduação - Prof. Marcio Alves da Fonseca; Pró-Reitoria de Educação Continuada - Profa. Cláudia Cahale; Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Profa. Marcia Flaire Pedroza

RECESSO DE FIM DE ANO

Eu sempre defendi algumas "emendas" e vou defender de novo. Nada na vida deve ser oito ou oitenta". Não acho que devamos emendar todos os feriados para ter todos os finais de semanas compridos e grandes. Agora, entre o natal e o ano novo não vejo porque uma universidade precise estar aberta: não há nenhuma atividade acadêmica, nenhuma atividade acadêmica administrativa prevista. Não tem matrícula, docentes e alunos estão em férias. Defenderei esse recesso especificamente. O calendário de 2016 está feito, mas gostaria de discutir com a Fundação as emendas.

O QUE VOCÊ GOSTARIA DE ACRESCENTAR?

Gostaria de dizer: estou super animada. Acho que podemos fazer uma boa reitoria. Quero terminar essa reitoria com a Universidade tendo uma nova perspectiva. Com as pessoas, de uma maneira geral, percebendo-se em uma instituição com uma perspectiva otimista, com uma perspectiva de crescimento, de orgulho da Universidade. Acho que uma reitoria pode fazer isso. E como só fazemos trabalho intelectual aqui, ou nos convencemos de que ele vale a pena, ou não fazemos direito, bem feito. Essa é uma coisa importante, e acho que isso eu vou conseguir fazer se tiver contato constante e o apoio da comunidade, que vai ser um apoio sempre construído. É isso que eu vou procurar.

Consun debate reformulação dos departamentos da PUC-SP

A sessão ordinária do Conselho Universitário (Consun), de 28/9, deteve-se na discussão da reformulação dos departamentos. Sobre a demanda apresentada pela Fundasp de reestudo dos atuais departamentos (considerados pela mantenedora como um "ajuntamento de professores"), a comissão presidida pelo professor Francisco Serralvo, da FEA, concluiu que os departamentos são importantes dentro da estrutura acadêmica, mas que deveriam sofrer modificações.

Em seu primeiro relatório após essa decisão, a comissão sugere que a reorganização se dê prioritariamente sobre dois eixos, em primeiro lugar a linha epistemológica de cada unidade deverá ser a base de uma nova configuração. Por outro lado, a composição numérica de cada departamento deverá também servir de parâmetro para a reorganização. Segundo a comissão existem departamentos bem pequenos, com três ou quatro docentes e outros, inchados, com mais de cem professores.

O professor Marcio Alves da Fonseca, também integrante da comissão, lembrou também que outro parâmetro para o bom funcionamento de cada unidade deve ser a rediscussão das funções hoje atribuídas aos departamentos. O documento será enviado às faculdades para que apresentem um parecer até março. Em seguida a comissão deverá apresentar um relatório final para ser votado pelo Consun entre maio e junho de 2017.

Outro tema que consumiu boa parte da pauta foi o pedido de reconsideração da decisão tomada pela professora Anna Cintra sobre o aluno Alvaro de Carvalho Pupo. O estudante teve o seu pedido de prorrogação de prazo para término do mestrado indeferido pela professora, que alegou descumprimento dos prazos estipulados pelo regimento do pós-graduação. Já o aluno alegava que este descumprimento havia ocorrido em virtude de um atraso na regularização acadêmica de sua si-

tuação. Os conselheiros, em sua maioria, mostraram-se sensíveis ao pedido do estudante, porém solicitaram que o programa de Pós em Direito se pronuncie sobre o caso.

FIES

Os alunos também solicitaram a inclusão na pauta da discussão sobre a situação do Fies, porém, dado o esvaziamento do plenário o tema deverá ser incluído na próxima reunião. O MEC, alegando dificuldades de caixa, não efetua o repasse para as uni-

versidades há três meses.

Entrevistada pelo portal G-1, a professora Anna Maria Cintra declarou que "Não pretendemos cobrar desses alunos a mensalidade, mas eles estão temendo que isso ocorra. Os esforços são para consertar a situação agora. Mas, se o governo não fizer nada, os jovens do Fies vão acabar tendo que desistir dos estudos no ano que vem". Os 1028 alunos inscritos no Fies pela PUC-SP vivem momentos de angústia vendo a clara possibilidade de terem suas bolsas cortadas.

ASSEMBLEIA DE PROFESSORES (AS)

Posicionamento frente às mudanças de contrato adotadas pelo Bradesco Vida e Previdência S/A

SEDE DA APROPUC

04/10/2016

18H

APROPUC
Associação dos Professores da PUC-SP

MOVIMENTOS SOCIAIS

No dia de paralisação, trabalhadores ocuparam as ruas

A última quinta-feira, 29/9, foi marcada mais por um Dia Nacional de Paralisação, na qual diversas categorias organizaram suas bases. Foi um protesto contra os ataques aos direitos sociais e trabalhistas, o ajuste fiscal, a reforma da previdência, maiores direitos sociais e pelo Fora Temer.

A data foi considerada um importante passo na mobilização dos trabalhadores, pois coloca os operários no cenário das lutas e também é essencial para preparar a greve geral no país.

Essa luta é principalmente da categoria dos metalúrgicos, mas também se



Em São Paulo centrais sindicais realizam ato conjunto

estende aos servidores públicos de base do Andes-SN, Sinasefe e Fasubra, bancários em greve e petroleiros.

A Ocupação Esperança, que atualmente luta para reconstruir as moradias

que perdeu em um recente incêndio de origem duvidosa, também se organizou nesse dia 29. Os moradores realizaram um ato e prestaram solidariedade à paralisação dos metalúrgicos de Osasco.

Reforma da previdência de Temer é retrocesso

Uma das principais propostas do governo golpista de Michel Temer (PMDB) é a reforma da previdência. Sob o argumento de corte de gastos, é um profundo ataque aos direitos dos trabalhadores. A proposta é desvincular a pensão de quem ganha um salário mínimo, atrelado atualmente ao reajuste do

piso, que passaria a ser corrigido apenas pela inflação. O valor da pensão também deixará de ser integral, sendo reduzido à metade, acrescido de 10% por dependente.

Segundo texto divulgado no site Esquerda Diário, escrito por Vitória Camargo, na prática, isso significa que "os novos pensionistas receberão uma

pensão inferior ao salário mínimo e que quem já é pensionista perde seus direitos a ganhos reais.

Além disso, torna-se impossível acumular pensão e aposentadoria, o que faz com que o segurado deva optar pelo maior valor.

Essas mudanças afetarão tanto o setor público quanto o privado".

**Andes-SN repudia
reforma do
Ensino Médio**

No dia 23/9, sexta-feira, de forma antidemocrática e unilateral, o presidente golpista Michel Temer (PMDB) tomou mais uma medida retrógrada em seu governo: enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) 746/2016, que instaura a contrarreforma do Ensino Médio e compromete todo o sistema educacional brasileiro. A diretoria do Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) publicou uma nota de repúdio à MP 746/2016 e, em SP, manifestantes foram às ruas pedir a revogação da reforma.

"As alterações da Medida Provisória apontam para uma formação educacional cada vez mais aligeirada, heterônoma, comprometida com as exigências do mercado que impõe regras para atender as suas necessidades afastando as possibilidades de formação de cidadãos plenos, críticos e autônomos", afirma o texto. Além disso, o Andes acredita que a proposta de educação em tempo integral oculta o fato de que este tempo integral será ocupado de maneira cada vez mais dirigida pelos setores dominantes do mercado, aprofundando a lógica na qual as parcerias público-privadas são encaradas como sinônimos de educação pública. Além do fato de parecer apenas um anúncio para tentar iludir a população, já que o mesmo governo ao lançar a PEC 241/2016, propõe o congelamento nos investimentos públicos, entre os quais a educação, por 20 anos.

ROLA NA RAMPA



ANDRESSA VILELA

Professoras durante a segunda mesa do dia 28/9, sobre supervisão e iniciação científica

Serviço Social comemora 80 anos

Para comemorar 80 anos de existência, o curso de Serviço Social da PUC-SP preparou quatro mesas de apresentação de cenas protagonizadas com a participação de alunos formados pela pontifícia, em que também são contemplados todos os professores do curso.

O primeiro encontro aconteceu no dia 28/9, com a temática "O assistente social no estudo da violência, das relações de gênero, raça e etnia, da violência sexual", com a coordenação da professora Sueli Amaral e protagonizado por Graziela Acquaviva, Sandra Paulino e Mabel de Assis. Em seguida, foi debatido o papel do assistente social na supervisão e na iniciação científica, coordenado

por Elizabeth Melo Rico e protagonizado por Laisa di Maio, Olda Andrezza, Eliana Pereira da Silva, Maristela Gasbarro e Maria Lucia Rodrigues(foto).

No dia seguinte, os encontros debateram o assistente social na gestão pública e na concretização das políticas sociais. No dia 17/10, acontece o terceiro encontro, que trabalhará o papel do assistente social na gestão universitária e na docência, e no dia seguinte, nos movimentos sociais e na organização de categorias profissional e dos estudantes. No dia 7/11, no TUCA, o encerramento será sobre a importância do serviço social da PUC-SP e os caminhos percorridos pela profissão.

9ª Retomada Indígena

Do dia 5 a 7/10, acontecerá a 9ª Retomada Indígena, organizada pelo Programa Pindorama, um projeto de preservação ambiental e educação ecológica, junto ao Cur-

so de Serviço Social da PUC-SP. O tema deste ano será "Terra mãe, a casa de todos?" e a programação será sempre das 19h30 às 22h30, no auditório 100-A.

Nepsas debate o assistente social na conjuntura atual

Nesta segunda, 3/10, às 9h, o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Seguridade e Assistência Social da PUC-SP (Nepsas) irá debater "A Conjuntura do SUAS - Serviço Único de Assistência Social sob o ajuste fis-

cal". Os debatedores serão Profa. Marcia Helena Carvalho Lopes e Profa. Lea Lucia Braga, com coordenação de Aldaíza Spasati, professora titular da PUC-SP. O encontro acontece no auditório 117-A.

Docentes e funcionários recebem complemento do reajuste

Professores e funcionários do ensino superior vão receber no mês de setembro o reajuste complementar definido na campanha salarial. Em 2016, o reajuste foi fixado em 10,57% no ensino superior. O índice foi pago em duas parcelas: 7%, de março a agosto,

e o restante, a partir de setembro. No caso do ensino superior ficaram faltando 21% do total que serão pagos na forma de complemento. A PUC-SP efetuará o pagamento no dia 14/10. Esse valor não será incorporado aos salários nos meses subsequentes.

Ciclo de Palestras analisa aspectos da tradução



ANDRESSA VILELA

Auditório da APROPUC lotado durante o evento sobre tradução

No dia 29/9, a APROPUC sediou palestra para os alunos Letras do bacharelado em tradução Inglês-Português, organizado pela professora Leila Darin. Além disso, na próxima semana, também acontece o Ciclo de Palestras 2016 do Departamento de Inglês, que terá como tema "Aspectos Teórico-Práticos da Tradução da Interpretação e de suas Interfaces", organizado pelas professoras Glória Sampaio, Leila Darin, Victoria Weischtordt, Luciana

Carvalho e Layla Penha, do Grupo de Pesquisa Estudos da Tradução e da Interpretação (ESTI) da PUC-SP. No dia 4/10, às 10h15, Dennys Silva-Reis, pesquisador da Universidade de Brasília, irá palestrar sobre "As tradutoras do século XIX: polianteia historiográfica", no auditório 100. No dia seguinte, o tema do encontro será "História da interpretação no Brasil: de 1500 a 1900", no CEAL - Centro de Estudos para Aprendizagem de Línguas.

AFAPUC manifesta preocupação com sindicância

A AFAPUC manifesta a sua preocupação com o possível resultado da sindicância 14/2016, pois embora o mérito da instauração da "Comissão de Apuração" esteja caracterizado como simples "ofensa", chegou ao conhecimento da entidade que, de fato, trata-se de agressão física praticada por funcionário contra colega de trabalho, em

horário de expediente, e que o "agressor" já é reincidente no comportamento antiético no ambiente de trabalho. Diante dos fatos, espera-se da Mantenedora e da Comissão instaurada rigorosa e imparcial apuração, bem como a devida aplicação das sanções previstas pela legislação trabalhista após o resultado.